

dos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude, com efeitos a 01 de Agosto de 2006.

15 de Junho de 2007. — A Presidente, *Helena Alves*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

#### Despacho n.º 28624/2007

Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º e dos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, aplicáveis por força do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, e ao abrigo do despacho n.º 11 536/2007, de 12 de Junho, concedo a equiparação a bolseiro fora do país à licenciada Lara Cristina Marques Ramusga para participar no Programa de Bolsas Bellevue, com início em Janeiro de 2008, com a duração prevista no próprio programa e todas as regalias mencionadas nas referidas disposições legais, designadamente a dispensa total do exercício de funções, o abono das remunerações que lhe são devidas e a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

28 de Novembro de 2007. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

#### Secretaria-Geral

#### Departamento Geral de Administração

#### Despacho (extracto) n.º 28625/2007

Felismina Maria Afonso Pontes — Assistente Administrativa Principal do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Varsóvia.

Despacho de 29 de Outubro de 2007, nomeando-a Assistente Administrativa Especialista do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007, continuando colocada na referida Embaixada.

19 de Novembro de 2007. — A Directora-Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Rosa Batoréu*.

#### Despacho (extracto) n.º 28626/2007

Maria Luísa Alvoeiro Serra — Assistente Administrativa Principal do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Roma.

Despacho de 29 de Outubro de 2007, nomeando-a Assistente Administrativa Especialista do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007, continuando colocada na referida Embaixada.

19 de Novembro de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### Despacho (extracto) n.º 28627/2007

Maria Nepomucena Virgília Fernandes — Assistente Administrativa Principal do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, colocada na Embaixada de Portugal em Paris.

Despacho de 29 de Outubro de 2007, nomeando-a Assistente Administrativa Especialista do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007, continuando colocada na referida Embaixada.

19 de Novembro de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### Despacho (extracto) n.º 28628/2007

António José Pereira da Silva — Assistente Administrativo Principal do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, colocado no Consulado-Geral de Portugal em Luanda.

Despacho de 29 de Outubro de 2007, nomeando-o assistente administrativo especialista do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007, continuando colocado no referido Consulado.

19 de Novembro de 2007. — A Directora, *Rosa Batoréu*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

#### Despacho n.º 28629/2007

O regime do estatuto do agente de cooperação mereceu consagração expressa no Decreto-Lei n.º 180/76, de 9 de Março, e, desde então, aquele regime jamais perdeu dignidade legal no seio do complexo jurídico português, sucessivamente conformada mediante diversos instrumentos normativos, designadamente o Decreto-Lei n.º 363/85, de 10 de Setembro, e a Lei n.º 13/2004, de 14 de Abril.

Neste hiato temporal, um significativo número de agentes de cooperação participaram, activamente, em acções de cooperação junto dos países beneficiários da Cooperação Portuguesa, em particular, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Assim, com o objectivo de desenvolver os trabalhos indispensáveis à recuperação de dados relativos ao tempo de serviço prestado pelos ex-agentes de cooperação e ao apuramento dos descontos efectuados no âmbito dos respectivos regimes de protecção social, determino:

1- Que seja constituída uma equipa de projecto nos termos do artigo 20.º, n.º 3, da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, em conjugação com o artigo 6.º, n.º 2 da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, por um período de 3 anos, chefiada pelo Dr. João Manuel Marmeleiro Nunes Gonçalves da Rosa, em acumulação com as funções que, actualmente, exerce, na qualidade de Chefe de Divisão de Recursos Humanos.

2- A equipa de projecto referida no número anterior é apoiada pelo pessoal da Divisão de Recursos Humanos.

3- O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de Setembro de 2007.

23 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Augusto Manuel Correia*.

## MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

#### Despacho n.º 28630/2007

Ao abrigo da alínea c) do parágrafo 1.º da Portaria n.º 496-A/89, de 3 de Junho, do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio e o mapa anexo a que se refere ao n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de Fevereiro, é designado para o cargo de conselheiro militar na Delegação Permanente de Portugal junto da Organização de Segurança e Cooperação na Europa, em Viena, em comissão de serviço, o Capitão-de-Fragata Joaquim Manuel Malhadas Teixeira, indo ocupar o lugar previsto na citada portaria, substituindo o Tenente-Coronel PILAV Paulo Alexandre de Mendonça Pinto Lopes, que vem desempenhando este cargo e cuja comissão é dada por finda a 27 de Julho de 2007.

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

#### Despacho n.º 28631/2007

Considerando a importância da cooperação para o desenvolvimento como um dos pilares da política externa portuguesa, no âmbito da qual se assume a prioridade com os países com os quais Portugal tem ligações históricas relevantes, como é o caso de Cabo Verde;

Considerando a importância da implantação da linha de crédito de ajuda para o financiamento de bens e serviços de origem portuguesa, no valor de 100 milhões de euros, a financiar pela Caixa Geral de Depósitos, com a garantia e concessão de bonificação por parte do Estado, conforme Acordo a assinar entre a República Portuguesa, a República de Cabo Verde e a Caixa Geral de Depósitos.

Considerando o Despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre a inserção da operação na política de cooperação;

Considerando que à luz das regras da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico a operação em causa é elegível para crédito de ajuda ligada, detendo um grau de concessionalidade igual ou superior a 50 %;

Considerando ainda que a operação tem cabimento no limite fixado no n.º 1, do artigo 115.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro,

Autorizo, ao abrigo da Lei n.º 4/2006, de 21 de Fevereiro, e do Decreto — lei 53/2006, de 15 de Março, e nos termos da delegação de competências do Ministro de Estado e das Finanças e da Administração Pública, proferido nos termos do Despacho n.º 19634/2007 (2.ª série), publicado na II.ª Série do *Diário da República* n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, a concessão, nos termos da ficha técnica anexa:

1 — Da garantia pessoal do Estado às obrigações de capital e juros da República de Cabo Verde emergentes do Acordo a assinar entre a República Portuguesa, a República de Cabo Verde e a Caixa Geral de Depósitos;

2 — Da bonificação de juros correspondente ao diferencial entre a taxa estabelecida pela instituição financeira e a taxa acordada com a República de Cabo Verde;

23 de Novembro de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

#### Ficha Técnica

Mutuante: Caixa Geral de Depósitos  
Mutuário: República de Cabo Verde  
Garante: República Portuguesa  
Montante: Até 100 milhões de euros  
Prazo: 30 Anos  
Carência 10 anos, a partir do ponto de partida do crédito (convencionado em 2,5 anos após a assinatura do Acordo).  
Amortização: 20 Prestações de capital anuais iguais e sucessivas, vencendo-se a 1.ª um ano após o termo do período de carência.  
Taxa de Juro: República de Cabo Verde: 1,58% ao ano  
República Portuguesa: Diferencial entre a Euribor a 12 meses mais 35 pb e a taxa a suportar pela República de Cabo Verde.

#### Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

##### Despacho n.º 28632/2007

1 — Nos termos dos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo delego no Secretário-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, licenciado José António de Mendonça Canteiro, as competências para a prática dos seguintes actos no âmbito do meu Gabinete:

a) Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite estabelecido aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho;

b) Autorizar alterações orçamentais, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;

c) Autorizar antecipação de duodécimos, total ou parcialmente, até ao limite da competência atribuída aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos estabelecidas anualmente pelo Decreto-Lei que fixa as normas de execução do Orçamento do Estado.

2 — Autorizo, ainda, a subdelegação das competências por mim delegadas nos titulares de cargo de direcção superior de 2.º grau, até ao limite de € 25 000, relativamente à alínea a).

3 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Abril de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito desta delegação de competências.

29 de Novembro de 2007. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*.

#### Direcção-Geral dos Impostos

##### Aviso (extracto) n.º 25085/2007

Na sequência do despacho de 2007/10/24 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que deferiu parcialmente os recursos interpostos pelos funcionários Carlos Manuel Cordeiro de Paiva, Fernando Castro Neves Ribeiro e Orlando José Lobo, do acto da homologação da classificação final do teste de avaliação permanente realizado ao abrigo do n.º 5 do Regulamento de Avaliação Permanente, para mudança para o nível 2 do grau 4 da categoria de Técnico de Administração Tributária, a respectiva classificação é alterada conforme se indica:

331 Carlos Manuel Cordeiro de Paiva — 9,5 valores.  
11980 Fernando Castro Neves Ribeiro — 8,5 valores a).  
12119 Orlando José Lobo — 9,5 valores.

a) Não aprovado.

20 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

##### Aviso n.º 25086/2007

Por despacho da Subdirectora-Geral de 20/11/2007, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, são nomeados, definitivamente, após aprovação em estagio de técnico economista de 2.ª classe, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos a 20 de Novembro:

	Nome	Colocação
1	Miguel José Soares Macedo Machado	Braga
2	João Manuel Miranda da Costa	Vila Real
3	Nuno Amaro Lima Gomes	Braga
4	Pedro Miguel Ribeiro Cortez	Braga
5	Isabel Maria Antunes Carvalho	Braga
6	Nuno Miguel Martins Garcia	Aveiro
7	André Gonçalves Osório Vieira	Braga
8	Cristina Bernardino Costa Casalinho	Leiria
9	Carla Sofia Almeida Matos Tavares Marques	Setúbal
10	Ricardo André Pinto de Moura	Viseu
11	Patrícia Joana Gonçalves Rodrigues	Porto
12	Rui Miguel Moreira Pinto	Porto
13	Telmo Ferreira Moreira Figueiredo	Viseu
14	Emanuel Pedro Marreiros Duarte Torrinha	Faro
15	Luís Filipe Trindade Pires	Viseu
16	Luís José Forte Carvalho	Aveiro
17	Cristina Oliveira Rocha	Porto
18	José Loureiro Araújo	Braga
19	Filipe Ezequiel da Silva Lopes	Braga
20	Marta Susana Ferreira Duarte	Lisboa
21	Jorge Manuel Godinho Santos	Lisboa
22	Ana Isabel Pereira Gonçalves Castilho	Beja
23	Rui Manuel Oliveira Remédios	Lisboa
24	Carlos Manuel Teixeira Bouça	Braga
25	José Paulo Magalhães Faria	Porto
26	Silvia Paula Guerreiro Gonçalves	S. Centrais
27	Pedro Jorge Francisco Marques	Viseu
28	Luís Manuel A. Carmo Rosmaninho	Portalegre
29	Rui Alexandre Rodrigues Guimarães de Carvalho Soares	Braga
30	Sandra Maria Monsanto Pinheiro Massano	Viseu
31	Ana Cristina Antunes Monteiro	S. Centrais
32	Maria Rosário Simões Lobato Carvalho Carneiro	Porto
33	Ana Isabel Sacramento Ferreira	Porto
34	Domingos Silva Fernandes	Braga
35	Mirza Alexandra Teixeira Gomes Rodrigues Alves de Moura	Lisboa
36	Ernesto Jorge Teixeira da Silva	Faro
37	José Miguel Barbosa Martins	Braga
38	Adelina Susana Coelho Moreira	Porto
39	Idalete de Jesus Rego Craveira	Lisboa
40	José Luís Claudino Martinho	Portalegre
41	Susana Isabel Rebola da Silva	Leiria
42	Ricardo Nuno Morais Pinheiro	Porto
43	Amílcar Alves Marques	Leiria
44	Maria Gabriela Caetano Coelho Viegas	Portalegre
45	Sara Margarida Gonçalves Nascimento	Leiria
46	Carla Fernanda Silva Pereira	Aveiro
47	Paulo José Baptista Martins	Setúbal
48	Avelino Armando Quelhas da Costa	Braga
49	Daniel Pinto Bicho Marques da Costa	Aveiro
50	Jorge Miguel da Costa Cunha	Porto
51	Carla Manuela Moreira Aleixo Mendes	Porto
52	José Manuel da Silva Pinho Teixeira Leça	Aveiro
53	Gonçalo José Feliz Vicente Martins	Faro
54	Luís Manuel Pereira Magalhães Cardoso Alves	Aveiro
55	Ana Cláudia Balsinha Gomes Costa	S. Centrais
56	Jorge Manuel Ferreira Santos Vieira	Santarém
57	Nuno Miguel Alves Paulo	Aveiro
58	Victor Manuel Costa Tamborino	Lisboa
59	Pedro Miguel Neves Mamede	Braga
60	Gisela Mónica N. Sousa Almeida	S. Centrais
61	Cândida Maria Cardoso Pinto Santos	Porto
62	Adérito Leitão Martins	S. Centrais
63	Luís Filipe Rosinha Garcia	Leiria